

CLIPPING

21/2019
24 de Junho de 2019

EDUCAÇÃO

- Brasil perde liderança no ranking das melhores universidades da América Latina
- Quase um quarto dos jovens brasileiros não estuda nem trabalha
- Analfabetismo no Brasil cai entre 2016 e 2018 de 7,2% para 6,8%
- OAB pede no STF suspensão de congelamento de verbas de universidades
- Ter algum progresso em educação após anos de crise econômica não deixa de ser alívio
- Gestores precisam entender a nova política global



Brasil perde liderança no ranking das melhores universidades da América Latina

PUC chilena assume liderança; especialistas e reitores veem ligação entre corte de verba nos últimos anos e recuo no desempenho

Pela 1.^a vez, o Brasil não lidera o ranking das mais prestigiadas instituições de ensino superior da América Latina. A PUC do Chile alcançou o topo, nos últimos anos ocupado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Campinas (Unicamp). O ranking de reputação acadêmica da revista britânica Times Higher Education (THE) foi publicado nesta terça-feira, 18.

Para especialistas e reitores, a perda de capacidade de investimento das instituições públicas no ensino e na pesquisa, em meio à redução orçamentária vivida nos últimos anos, é um dos fatores que pesam na perda de posições no ranking.

A PUC chilena alcançou a liderança, após três anos em terceiro. Segundo o relatório da revista, as universidades chilenas tiveram maior pontuação por terem investido na titulação de professores. A USP permaneceu em 2.^o e a Unicamp caiu da 1.^a para a 3.^a posição. Mas o relatório destaca que as duas instituições melhoraram na pontuação, mas não o suficiente para manter o status anterior. Ou seja: a PUC do Chile teve melhora mais rápida e mais forte que as paulistas.

A avaliação do THE utiliza informações como número de citações em pesquisa, o nível de internacionalização, o grau de titulação dos professores, a transferência de conhecimento para a sociedade, dentre outros aspectos - são 13 no total.

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, diz que a flutuação no ranking é natural e destaca a melhora na pontuação da universidade. Mas diz que a perda de liderança brasileira é um alerta importante. “Para as instituições e o País, porque muitos desses parâmetros de avaliação de fato não temos conseguido melhorar, por causa de restrições orçamentárias. No nosso caso, por exemplo, não conseguimos melhorar a relação professor-estudante”, afirma.

Segundo Knobel, as três universidades paulistas estão com orçamento semelhante ao de dez anos atrás, quando tinham menos cursos e estudantes. A Unicamp, por exemplo, abriu um novo câmpus e tem 2,5 mil alunos a mais que há uma década, mas mantém o mesmo patamar de recursos. “Com essa situação financeira, não temos como fazer investimento agressivo e competitivo em pesquisa e ensino.” USP, Unicamp e Unesp são financiadas por uma cota fixa de 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - o que resulta em perda de receitas em períodos de crise econômica.

Segundo os dirigentes, outra diferença está no porte das instituições do topo. “Deve-se atentar que as coirmãs que compartilham conosco os primeiros lugares têm tamanho e abrangência menor que a nossa”, diz Vahan Agopyan, reitor da USP. A PUC de Santiago, privada, tem 29 mil alunos. A USP tem mais de 90 mil na graduação e na pós.

Alerta

De 150 instituições do ranking, 52 são brasileiras - país com maior número de classificadas.





Apesar disso, 13 importantes universidades brasileiras caíram no último ano, como a Avaliação da Educação Superior, também afirma federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Rio que a tendência é de queda das instituições nos (UFRJ), da Bahia (UFBA), de São Carlos (UFSCar), rankings. “A tendência é de que os recursos entre outras. públicos para o ensino superior não aumentem. É

“Esta instituição (Unicamp), bem como várias difícil, mas as universidades terão de pensar em outras brasileiras, teve menor pontuação por alternativas”

impacto de citações (em pesquisas científicas) Veja o ranking com as 10 primeiras universidades este ano, o que sugere que o País deve dar mais abaixo atenção à qualidade da pesquisa para evitar A tabela completa pode ser acessada no site da queda maior no futuro”, diz o relatório. THE.

Há ao menos dois anos, a THE alerta para a 1º - PUC do Chile necessidade de mais e melhores investimentos 2º - USP

do Brasil em ensino e pesquisa. Na edição 3º - Unicamp anterior, o relatório dizia que “apesar do domínio 4º - PUC-Rio

regional contínuo, a situação econômica brasileira 5º - Instituto de Tecnologia de Monterrey (México) coloca o sistema de ensino superior em posição 6º - Unifesp

precária”. Este ano, o bloqueio de verba para as 7º - Universidade do Chile federais, imposto pelo governo Jair Bolsonaro, fez 8º - UFMG

professores e alunos irem às ruas em protesto. O 9º - Universidade dos Andes (Colômbia) Ministério da Educação (MEC) não se posicionou 10º - Unesp

até as 19 horas desta terça.

Tendência é de novas quedas, dizem especialistas

Especialista em ensino superior da Unicamp, Leandro Tessler diz que a queda de prestígio está associada a menos investimentos. “Estamos caindo nesse e em outros rankings. Infelizmente, a tendência é de piorarmos ainda mais porque até agora os rankings estão captando uma desaceleração da melhora, já que eles trazem o quadro de dois ou três anos atrás.”

Fonte: Estadão

Quase um quarto dos jovens brasileiros não estuda nem trabalha

Segundo dados da Pnad, o percentual é ainda mais alto na faixa etária que vai dos 18 aos 24 anos, idade em que, teoricamente, deveriam estar na universidade, chegando a 27,7%

Quase um quarto dos jovens brasileiros (23%) nem estuda nem trabalha, segundo os novos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) sobre educação, divulgados na manhã desta quarta-feira, 19. O percentual é ainda mais alto na faixa etária que vai dos 18 aos 24 anos, idade em que, teoricamente, deveriam estar na universidade, chegando a 27,7%.

"Mas não chamem esses jovens de 'nem, nem'", pediu a pesquisadora Marina Aguas, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento (Coren) do IBGE, responsável pela apresentação da pesquisa. "O fato de nem estarem estudando, nem trabalhando não significa que sejam inúteis. Uma grande parte das mulheres, por exemplo, está ocupada com o trabalho doméstico, com o cuidado de idosos e crianças. Há questões de gênero importantes por trás dessa estatística."

A família Santos conhece bem essa realidade. Naturais do Recife, os gêmeos Maurício e Maurílio dos Santos, de 29 anos, já tiveram três filhos cada um. Por isso, suas mulheres tiveram que largar os estudos e os trabalhos para cuidar dos filhos e da casa. Elas ainda aceitaram morar em cima da casa da sogra, no bairro do Pina, zona sul da capital pernambucana, para se livrar do aluguel e fazer com que o pequeno rendimento dos maridos dure o mês inteiro.

"Moro aqui porque as contas são apertadas", explicou Karla Campos da Silva, de 29 anos, admitindo que o que queria mesmo era trabalhar como enfermeira e ter uma casa própria. Esse sonho, no entanto, ficou pelo caminho quando engravidou de Maurício, sem planejar, aos 18 anos. "Eu estava no segundo ano do colégio, mas desisti porque não tinha com quem deixar a bebê", conta a dona de casa, que, depois da gravidez, até chegou a concluir o ensino médio, mas nunca teve condições de começar o curso de enfermagem que tanto queria.

Com a primeira filha pequena, ela partiu, então, para outras ocupações. Não demorou muito para sair do trabalho, pois engravidou novamente. "Com três filhos, fica impossível arrumar um emprego. Não dá para pagar creche para três. E também não sobra tempo para estudar", argumenta Karla, que hoje é cuida dos filhos de 11, 7 e 4 anos e da casa. Ela depende do salário do marido, que é balconista de um supermercado, para pagar as contas. A cunhada Jéssica Cândido de Souza, de 28 anos, por sua vez, não tem a mesma sorte, pois o marido não tem um emprego fixo. Maurílio vive de bicos. Por isso, nem sempre consegue pagar as contas de casa, onde Jéssica passa o dia cuidando dos três filhos, de 11, 4 e 1 ano de idade, e dos afazeres domésticos.

"Quería trabalhar para ajudar. Faria qualquer coisa. Mas não consigo. Minha vida é cuidar dos meninos e limpar a casa", diz Jéssica, admitindo que já teve que pedir ajuda à família e aos amigos nos dias mais críticos, quando chegou a faltar até comida dentro de casa. "Não voltei para a escola, porque não tinha com quem deixar o bebê."

Jovens

A PNAD revela que o Brasil tem 47,3 milhões de jovens, de 15 a 29 anos de idade. Desse total, 13,5% estavam ocupados e estudando; 28,6% não estavam ocupados, porém estudavam; 34,9% estavam ocupados e não estudavam. Finalmente, 23% não estavam ocupados nem estudando. Os pesquisadores, são similares aos de 2017.

"É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país", sustenta a pesquisa. "Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade."

A desigualdade se revela ainda mais acentuada quando aplicado o recorte por raça e gênero. Entre as pessoas brancas, 16,1% trabalhavam e estudavam – mais do que entre as pessoas autodeclaradas de cor preta ou parda (11,9%). Os percentuais de pessoas brancas apenas

trabalhando (36,1%) e apenas estudando (29,3%) também superou o de pessoas pretas e pardas, 34,2% e 28,1%, respectivamente. Conseqüentemente, o percentual de pessoas pretas ou pardas que não trabalhavam nem investiam em educação é de 25,8%, 7 pontos percentuais mais elevado que o de brancos.

Comparando homens e mulheres, o problema se repete de forma ainda mais grave. Entre as mulheres, a pesquisa mostrou que o percentual das que não trabalhavam nem estudavam era de 28,4%. O de homens é bem menor: 17,6%.

De acordo com a pesquisadora, parte da explicação para este fenômeno está nos trabalhos domésticos. A realização de afazeres domésticos ou o cuidado com outras pessoas foram os motivos alegados por 23,3% das mulheres para não estarem estudando nem trabalhando. Entre os homens, esse percentual é de meros 0,8%. Os números se mantêm estáveis desde 2017.

Aguas cita como exemplo um outro indicador levantado pela pesquisa. A PNAD contínua divulgada nesta quarta aferiu pela primeira vez a frequência a creches, entre crianças de até um ano de idade (a educação é obrigatória no Brasil a partir dos 4 anos). No total, somente 12,5% frequentavam a creche. E os piores índices estavam, justamente, no Norte (3,0%) e no Nordeste (4,6%) – lugares onde a participação das mulheres no mercado de trabalho também é mais baixa.

Analfabetismo

Segundo a PNAD contínua, o Brasil tem 11,3 milhões de pessoas (com 15 anos ou mais) que são analfabetas – uma taxa de analfabetismo de 6,8%. Em relação a 2017, houve uma queda de 0,1 ponto percentual, o que corresponde a uma redução de 121 mil analfabetos. Mais uma vez, os negros são mais afetados que os brancos: são 9,1% contra 3,9%.



O analfabetismo no país está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos; refletindo uma melhora da alfabetização ao longo dos anos. Segundo os números de 2018, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,6% para este grupo etário.

"A taxa de analfabetismo em geral vem caindo, a situação melhorou para o Brasil todo", afirmou Marina Aguas. "O que a gente observa é uma questão de idade importante, um componente demográfico. Com esse grupo mais velho falecendo, a tendência é cair ainda mais."

No país, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais que finalizaram a educação básica obrigatória; ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 47% da população. O estudo chama atenção para o percentual de pessoas com o ensino superior completo, que passou de 15,7% em 2017 para 16,5% em 2018.

A média de anos de estudos dos brasileiros é de 9,3 anos – um número que vem crescendo, em média, 0,2 ao ano. A diferença em relação à raça permanece. Os brancos têm 10,3 anos de estudo, contra 8,4 dos negros. As diferenças regionais também acentuam a desigualdade. O número mais baixo é no Nordeste, 7,9, e o mais alto, no Sudeste, 10,0.

Rede Pública

A rede pública de ensino formou 74,3% dos alunos na creche e na pré-escola.

O porcentual aumenta no ensino fundamental, chegando a 82,3%. No ensino superior, no entanto, a situação se inverte. A maior parte dos alunos é formada por escolas privadas, 74,2%.

"É natural que tendo cada vez mais gente com o ensino médio completo haja uma pressão para a expansão do ensino superior", constata a pesquisadora. "E quem tem a maior capacidade de resposta é a rede privada."

Fonte: Estadão

Analfabetismo no Brasil cai entre 2016 e 2018 de 7,2% para 6,8%

É o que revela pesquisa do IBGE

O analfabetismo no Brasil caiu entre 2016 e 2018. Na faixa entre 15 anos ou mais, passou de 7,2% em 2016 para 6,8% em 2018. No ano passado, eram 11,3 milhões de pessoas nesta condição.

Na comparação com 2017, a queda de 0.1 ponto percentual corresponde a menos 121 mil analfabetos entre os dois anos. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2018 (Pnad Educação), divulgada hoje (19), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, o analfabetismo no Brasil está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos.

Nas pessoas de 60 anos ou mais, a taxa declinou de 20,4% para 18,6%, o mais alto percentual entre as faixas de idade. A taxa de 2018 equivale a quase 6 milhões de analfabetos.

O percentual de mulheres é maior (19,1%) que o dos homens (18%), mas quando a análise é entre 15 ou mais anos, as mulheres têm taxa menor (6,6%) do que os homens (7%). Segundo o IBGE, entre os mais velhos, o analfabetismo, em grande parte, ocorre por questões demográficas, como o envelhecimento da população.

Apesar da queda no analfabetismo, o Brasil pode não cumprir a meta de erradicação em 2024 para a faixa de 15 anos ou mais.

Segundo a analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE (Coren), Marina Aguas, a queda verificada entre 2016 e 2018 é significativa em termos estatísticos, mas até 2024 muita coisa pode acontecer.

“Tem uma meta intermediária que foi de 2015, que era do analfabetismo ser de 6,5%. Até agora a gente não cumpriu a meta intermediária e a erradicação do analfabetismo em 2024. Para alcançarmos essa erradicação, os desafios são grandes, mas para acontecer vai depender do que a política pública vai fazer por este grupo para que essas pessoas sejam alfabetizadas”, observou a analista.

Cor ou raça

Na análise de cor ou raça a diferença é grande. Em 2018, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais analfabetas eram brancas, enquanto as pessoas pretas ou pardas eram 9,1%.

Com 60 anos ou mais, a diferença é ainda maior. As brancas são 10,3% e as pretas e pardas, 27,5%.

Analfabetismo por regiões

Embora tenha registrado no período 2017 e 2018 uma queda de 14,48% para 13,87% na faixa de 15 anos ou mais, o Nordeste é a região com maior percentual, seguido do Norte (7,98%), Centro-Oeste (5,40%), Sul (3,63%) e Sudeste (3,47%). As diferenças se mantêm na faixa de 60 anos ou mais. No Nordeste são 36,87%, no Norte 27,02%, no Centro-Oeste 18,27%, no Sul 10,80% e no Sudeste 10,33%.



Nível de instrução

Outro dado que chamou atenção no Brasil em termos educacionais entre 2016 e 2018 foi o percentual maior de pessoas que concluíram pelo menos as etapas básicas de educação obrigatória, que é chegar, no mínimo, ao ensino médio completo.

A taxa subiu de 45% em 2016 para 47,4% em pessoas com 25 anos ou mais. Em 2018, as mulheres nesta situação (49,5%) eram em maior quantidade que os homens (45%).

As pessoas brancas somavam 55,8%, enquanto as pretas e pardas, 40,3%. Quando a análise se refere aos sem instrução, o percentual caiu de 7,8% para 6,9%.

Para o IBGE, como as trajetórias educacionais variam ao longo da vida, o indicador é melhor avaliado entre as pessoas que já poderiam ter concluído o processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.

Também nesses dados, as diferenças regionais chamam atenção. No Nordeste, apesar do número de pessoas com ao menos a etapa do ensino básico completo ter crescido em 2018 (38,9%), ainda é baixo em relação às outras regiões.

No Centro-Oeste é de 48,7%, no Sul (45,7%), no Norte (43,6%) e no Sudeste (53,6%). “É uma diferença grande”, disse Marina Aguas.

Metodologia

A Pnad Contínua levanta trimestralmente, por meio de questionário básico, informações sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade.

A partir de 2016, começou a incluir o módulo anual de educação, que, durante o segundo trimestre de cada ano civil, amplia a investigação dessa temática para todas as pessoas da pesquisa.

Fonte: Agência Brasil

OAB pede no STF suspensão de congelamento de verbas de universidades

Para entidade, bloqueios ferem autonomia universitária e causaram "caos no sistema educacional"

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) entrou com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo a suspensão imediata dos congelamentos de verbas de universidades públicas anunciados pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Para a OAB, os congelamentos ferem a autonomia universitária e causaram um "caos no sistema educacional".

No final de abril, Abraham afirmou que cortaria verba de universidades que, em suas palavras, estivessem promovendo "balbúrdia" em seus campi. Posteriormente, o governo anunciou que o congelamento seria linear e atingiria todas as universidades.

Estima-se que o congelamento seja de R\$ 2 bilhões, referentes às despesas discricionárias, ou seja, aquelas sobre as quais as universidades têm alguma margem de controle. Eles não incluem salários do corpo docente e dos demais servidores efetivos, por exemplo.

A Ordem moveu uma ADPF (Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental), um tipo de ação específica para casos em que se acredita que um determinado ato governamental feriu algum princípio tido como "fundamental", a exemplo da autonomia universitária, garantida pela Constituição Federal. Na ação, a OAB fez um pedido de liminar (decisão temporária em caráter urgente) para a suspensão imediata dos congelamentos.

OAB cita fragilidade

Para a OAB, os congelamentos comprometem princípios constitucionais. Segundo a entidade, o congelamento das verbas coloca as instituições fragiliza a independência das universidades. "As universidades não podem ser subservientes aos interesses do poder, sob pena de perderem sua independência na crítica e na análise das políticas e ações estatais", diz um trecho da peça.

Em outro trecho, a OAB afirma que os congelamentos feitos pelo governo criaram um cenário de "caos no sistema da educação superior".

"Várias universidades foram a público declarar o risco de paralisação das suas atividades e de demissão de funcionários terceirizados, de descontinuar pesquisas e projetos de extensão e de reduzir a prestação de serviços públicos para a comunidade ao seu entorno. Em outras palavras, as diversas universidades e instituições de ensino federais protestaram e denunciaram o caos no sistema da educação superior que os atos governamentais aqui questionados causaram", diz o documento.

Protesto contra congelamento

Em maio e em junho, milhares de pessoas foram às ruas em cidades de todos os estados do Brasil (incluindo o Distrito Federal) em protesto contra a política educacional do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL).





O governo argumenta que os congelamentos são necessários para adequar a gestão do MEC às metas fiscais impostas pelo Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes. Ainda segundo o governo, caso haja melhora do cenário econômico, os recursos serão novamente destinados às universidades.

A ação movida pela OAB está sob a relatoria do ministro Celso de Mello. Ainda não há data para que ele avalie os pedidos feitos pela entidade.

Esta não é a primeira vez que os congelamentos do MEC chegam à Justiça. No dia 7 de junho, uma liminar concedida pela Justiça Federal da Bahia havia suspenso as medidas. A decisão, no entanto, foi derrubada pelo TRF1 (Tribunal Regional da 1ª Região).

Fonte: Folha de SP

Ter algum progresso em educação após anos de crise econômica não deixa de ser alívio

O Brasil avançou em 2018 na grande maioria dos (1,6 ponto percentual), disparidade inaceitável em indicadores que refletem o acesso de crianças e um país onde o abismo que separa esses dois grupos é gigante.

Podemos —e precisamos— discutir a magnitude A fatia de jovens brancos de 18 a 24 anos em dessas melhorias. Há ainda a questão crucial da faculdades, em 2018, era 36%, o dobro dos 18% qualidade, que não é capturada pela pesquisa verificados entre pardos e pretos.

divulgada nesta quinta-feira pelo IBGE. De forma geral, no entanto, o progresso no que se Mas a ocorrência de progresso em um ano que foi refere à frequência e à conclusão no ensino o quinto consecutivo de uma crise econômica que superior importa por dois motivos principais. Um insiste em não terminar deve ser recebida, pelo deles é que o retorno salarial por anos extras de menos, com alívio. escolaridade ainda é enorme no país. Em meio à

Uma revelação importante foi o avanço na crise atual, é nítida a vantagem dos profissionais população adulta com ensino superior completo, com diploma universitário em relação aos demais que passou de 15,7% para 16,5% do total. Esse no mercado de trabalho.

aumento de 0,8 ponto percentual foi o dobro do O outro é a urgência de aumentarmos a que havia sido registrado entre 2016 e 2017, produtividade da economia, o que depende, em segundo o IBGE. grande medida, de trabalhadores com qualificação

Continuamos longe do patamar de países melhor e maior. Olhando os dados do ensino desenvolvidos —em 2017, nos Estados Unidos e básico, também há sinais positivos, ainda que os na Coreia, esse indicador era de, respectivamente, números absolutos atestem a persistência de 23% e 34%—, mas o progresso, em meio à crise, nossas enormes fragilidades.

indica o enorme esforço de jovens e adultos para A fatia de jovens de 15 a 17 anos cursando o melhorar sua qualificação. ensino médio —ciclo escolar adequado para essa

Além do total de adultos formados, o país faixa etária— passou de 68,5% para 69,3%. O fato conseguiu aumentar de 23,2% para 25,2% o de que 3 em cada 10 jovens estão atrasados ou percentual de jovens de 18 a 24 anos cursando o fora da escola confirma mais uma vez que ensino superior. Em 2017, esse indicador havia permanecemos longe do nível mínimo de decência recuado 0,7 ponto percentual em comparação a e que deveríamos, portanto, melhorar num ritmo 2016. muito mais rápido.

Uma ressalva crucial em relação a esse ponto é o Mas o avanço de 0,8 ponto percentual nesse fato de que o avanço da frequência na idade indicador —contra médio 0,3 ponto percentual na adequada no ensino superior entre brancos (3,2 passagem de 2016 para 2017— é um pequeno pontos percentuais) foi o dobro do registrado alento, principalmente por ter se devido a um entre negros avanço na inclusão escolar adequada de pardos e pretos.



Entre os jovens de 15 a 17 anos dessas raças, a taxa de matriculados no ensino médio passou de 63,6% para 64,9%, ainda longe, porém, do (não alterado) nível de 76,6% registrado entre brancos. Tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, os indicadores de frequência nas séries adequadas também melhoraram.

Com tanto a melhorar ainda na educação, o exercício de ver o copo meio vazio é crucial para não perdermos de vista, em meio a outros desafios, que permanecemos muito longe de nossas metas, correndo o risco de crescente de não cumprir muitas delas.

Mas enxergar os progressos também é fundamental neste momento em que se discute cortes de gastos e ajustes no modelo de financiamento da educação.

O aumento do acesso de nossas crianças e jovens às escolas em meio ao que muitos consideram a pior crise econômica da história republicana se deveu ao enorme amadurecimento da sociedade brasileira em relação à importância da educação nas décadas anteriores.

A criação do Fundeb, fundo que garante transferências obrigatórias de todas as esferas de governo para a área educacional, foi um dos passos importantes que demos. O Congresso discute, agora, a renovação desse importante mecanismo de financiamento, cujo fim era previsto para 2020.

Os sinais recentes são de que o Fundeb será mantido. Para o país, é essencial tanto que isso se concretize quanto que o desenho do fundo seja aprimorado para garantir avanços mais rápidos e equânimes.

Fonte: Folha de SP

Gestores precisam entender a nova política global

No famoso livro de Thomas Friedman, "O Mundo é Plano", lançado em meados da década de 2000, o autor escreve que a globalização nivelou a competição entre países e que as divisões de empresas e líderes de negócios se tornaram menos relevantes. Quase 15 anos depois, governos nacionalistas foram eleitos ao redor do mundo, consumidores movidos por um forte sentimento anti-globalista, de navegar diversas arenas políticas ao mesmo tempo em que o termo guerra comercial voltou a estampar notícias com mais frequência.

Com formação na área de ciência política, Bach ministra uma disciplina em Yale chamada "O fim da globalização?", que no ano passado recebeu um prêmio do Instituto Aspen entregue a aulas da Yale School of Management, David Bach, esse novo momento exige que gestores tenham mais consideradas essenciais para futuros líderes de negócios. "É preciso responder a um grupo de série de habilidades de comunicação e a stakeholders muito mais amplo, e não só em um capacidade de navegar por diferentes cenários. país, mas em vários. O que precisamos mais do Hoje política e negócios não se misturam só nos que nunca é de executivos que entendam não só

encontros a quatro paredes entre representantes do setor público e lobistas, mas abertamente nas diferentes", afirma. Na sua aula, isso significa redes sociais. "Nas últimas décadas, em particular ensinar habilidades políticas e de comunicação nas escolas americanas, nós deliberadamente que os alunos no passado talvez considerassem tentamos tirar a política dos negócios. Mas quer fora da sua descrição de emprego.

o que os negócios fazem é O mais importante, segundo Bach, é saber ao que inerentemente político. Estamos redescobrimo prestar atenção e como definir prioridades, em um esse papel", diz. mundo onde muitas questões podem fazer parte

Bach conversou com o Valor, em recente da agenda de uma empresa e de um CEO. "Para passagem pelo Brasil. "Quando Friedman saber o que enfatizar é preciso entender muito escreveu que o mundo é plano, muitas pessoas bem a sua estratégia de negócio e como você cria acharam que o argumento dele era que tudo valor para seus consumidores e funcionários, e se estava se tornando igual. Mas o mais importante perguntar o que é importante para eles. É daí que na sua tese é saber que agora conseguimos ver o deve sair sua agenda, mais do que da sua opinião que está acontecendo em outras partes do como CEO ou de correr atrás do assunto do dia", mundo", diz Bach. explica.



Alguns dos principais temas a dominar conversas O contato entre alunos de contextos diferentes em diversas partes do mundo - mudanças ajuda as turmas a entenderem as diferentes climáticas, direitos das mulheres ou o impacto da reações que estudantes de diversas partes do inteligência artificial na sociedade - são áreas em mundo podem ter a um mesmo problema, diz que hoje há pressão para que negócios se Bach. "O objetivo nunca é chegar a uma resposta posicionem de alguma maneira. "E essas correta, mas deixar os alunos mais confortáveis posições precisam ter coerência em vários com esses tipos de perguntas, fazê-los participar ambientes políticos diferentes", adiciona. da discussão, identificar fatores importantes e

Escolas de negócios podem ensinar essa desenvolver habilidades em torno disso", explica. A capacidade oferecendo turmas internacionais e capacidade de fazer boas perguntas e de saber promovendo o encontro entre alunos de traduzir cenários se torna cada vez mais diferentes lugares, diz Bach. O vice-reitor admite importante.

que as escolas americanas enfrentam mais Afinal, o mundo pode ter se tornado "plano" o dificuldade para criar ambientes suficiente para enxergar o que acontece do outro internacionalizados quando comparadas com lado do globo, mas isso não significa que ficou instituições europeias, mas aposta em esforços mais fácil entender o que se passa, como podem concentrados para ampliar o número de alunos relatar executivos brasileiros que precisam explicar estrangeiros. Hoje pouco mais de 50% da Yale os acontecimentos do país para a matriz School of Management como um todo têm periodicamente. "Se você combinar as habilidades passaportes não-americanos. de gestão com ferramentas da área de ciência

Ele também destaca a iniciativa da rede de política comparada, você consegue contextualizá-escolas Global Network for Advanced las em diferentes partes do mundo", afirma Bach.

Management, que reúne 30 escolas de negócios Hoje há 73 brasileiros em Yale, sendo 12 na escola de 27 países incluindo Yale e a brasileira Escola de negócios, número que deve se repetir no de Administração de Empresas de São Paulo da próximo ano letivo. Bach diz que tem ouvido com Fundação Getulio Vargas. Há quatro anos, os frequência o câmbio desfavorável como alunos de MBA cursam uma disciplina obrigatória justificativa para potenciais alunos do país de gestão de equipes virtuais, na qual se reúnem desistirem. Mais um efeito do mundo turbulento em grupos espalhados por várias escolas da rede chegando à porta das escolas de negócios, junto ao redor do mundo e precisam resolver problemas com o endurecimento das fronteiras. juntos.

As instituições também oferecem disciplinas optativas a distância uma para as outras há cerca de seis anos.



Segundo Bach, o número de candidatos ao curso de MBA em Yale caiu, resultado de uma preocupação maior dos alunos de não conseguir um visto para trabalhar nos EUA depois do término do programa.

"Se você não consegue um emprego após a formatura para justificar o investimento do curso, é possível que você desista", diz. A queda na procura pelo curso de dois anos se repete em várias escolas americanas e é uma "preocupação estratégica de longo prazo", segundo o vice-reitor.

"Já houve quedas cíclicas no passado, mas agora há mais escolas muito boas em outros lugares."

Fonte: Valor